

Estados pressionam governo para mudar rolagem da dívida

Fleury, Brizola e Garcia ameaçam até não assinar contratos

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — Os governos dos Estados de São Paulo, Rio e Minas ameaçam não assinar os contratos de renegociação de suas dívidas, previstos na Lei 8.388/91, negociada no fim do ano passado em troca da aprovação do ajuste fiscal proposto pelo Planalto. Os governadores Luiz Antônio Fleury Filho, Leonel Brizola e Hélio Garcia querem que o governo federal modifique a lei para que mais recursos possam ser refinanciados, excluindo das regras de rolagem apenas as dívidas com construtoras e empresas fornecedoras. "Se os governadores não quiserem assinar os contratos que não assinem", reagiu ontem o diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Guimarães.

Representante do governo federal nas negociações, Guimarães foi duro ao comentar as pressões dos governadores para que a lei seja alterada e assegurou que "existe um compromisso político" do Senado para votar uma resolução que refere os termos acordados. O diretor do Tesouro contesta, mas o secretário de Fazenda de Minas, Roberto Brant, sustenta que durante as negociações, ocorridas no fim do ano passado, houve "um acordo verbal" para se buscar uma definição "mais flexível" para o artigo 7 da lei — que exclui do reescalamento os débitos em poder de "tomadores finais".

Fleury, Brizola e Garcia querem uma definição que não classifique os títulos em poder de instituições financeiras, seguradoras, corretoras e fundos de pensão como tomador final. Ou seja, para tais Estados, tomador final são apenas as empresas fornecedoras e construtoras.

Prazo prorrogável — A posição do governo, no entanto, é inflexível. "Não há o que negociar", assegurou Guimarães. "A lei foi aprovada e todos sabiam o que se estava aprovando, não pode haver nenhum direito que se sobreponha à lei." Segundo ele, a definição cor-

reta para tomador final é a que está no documento batizado de Serviço Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central: "É tomador final o detentor de título que não é lastro para operações no overnight." Na interpretação do diretor do Tesouro, portanto, somente os títulos em circulação no mercado seriam incluídos na rolagem. "Causa-me estranheza esse tipo de questionamento dos governadores", disse.

Guimarães esclareceu, porém, não ter recebido comunicação sobre a intenção de alguns governadores de desistir de assinar os contratos. De acordo com ele, somente os Estados do Acre e Tocantins não remeteram ao Tesouro as informações sobre o montante de suas dívidas. A legislação determina que os contra-

tos de renegociação devem ser assinados até julho, prazo prorrogável até o fim do ano.

A polêmica foi criada logo após a aprovação da Lei, quando os governadores perceberam que a rolagem não incluía todas as dívidas, admitiram assessores do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Na avaliação desses técnicos serão necessárias "novas negociações" com os Estados, mas a premissa continua a mesma. "A renegociação será feita, mas não no tamanho e na proporção que querem os governadores", sustentou um dos negociadores escalados pelo Ministério da Economia.

O Supremo Tribunal Federal julga hoje as ações apresentadas pelo PSDB e PST contra a lei que permitiu a rolagem da dívida dos Estados.

José Varella/AE—5/9/91



Reação dura

Guimarães, do Tesouro: "Se os governadores não quiserem assinar os contratos, que não assinem"